

Recursos na Educação Especial: Promovendo a Inclusão e Diversidade

Resources in Special Education: Promoting Inclusion and Diversity

Márcia Helena da Rocha Ribas¹

Resumo: Este artigo aborda a importância da seleção adequada de recursos no apoio ao aprendizado de alunos com deficiência, com ênfase na criação de um ambiente inclusivo. A promoção da inclusão na diversidade busca estabelecer interações dignas e respeitadas, reconhecendo a necessidade de identificar as necessidades individuais para a solicitação dos recursos e serviços necessários para a plena participação desses alunos na sociedade. No contexto da educação inclusiva, é fundamental que os estudantes percebam que a diversidade não é uma barreira, mas sim um estímulo que enriquece a experiência socioeducacional e emocional. A metodologia qualitativa foi empregada neste estudo para aprofundar a compreensão das complexidades da educação inclusiva. Ela permitiu explorar as perspectivas dos educadores, alunos e outros profissionais envolvidos na implementação da inclusão. Além disso, este trabalho sustenta a crença de que um conjunto eficaz de políticas pode contribuir para a universalização da educação, reduzindo as disparidades sociais, combatendo preconceitos e promovendo a construção de uma sociedade justa e democrática.

Palavras-chave: Escola regular. Inclusão. Uniformização curricular

Abstract: This article, entitled addresses the importance of the appropriate selection of resources to support the learning of students with disabilities, with an emphasis on creating an inclusive environment. The promotion of inclusion within diversity aims to establish dignified and respectful interactions, recognizing the need to identify individual needs in order to request the necessary resources and services for the full participation of these students in society. In the context of inclusive education, it is essential for students to perceive that diversity is not a barrier but rather a stimulus that enriches the socioeducational and emotional experience. Qualitative methodology was employed in this study to deepen the understanding of the complexities of inclusive education. It allowed for the exploration of perspectives from educators, students, and other professionals involved in the implementation of inclusion. Furthermore, this work maintains the belief that an effective set of policies can contribute to

¹ Possui graduação em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (1987). Especialista em Práticas Pedagógicas Interdisciplinares: Educação Infantil, Séries Iniciais, Ensino Fundamental e Médio. Atualmente é professora - EEEFM 19 de maio em Alta Floresta - MT. Mestrado em andamento na Universidad Interamericana, iniciado em 2020. E-mail: marciahelenarocharibas@gmail.com

Recebido em 08/09/2023

Aprovado em 07/10/2023

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*



the universalization of education by reducing social disparities, combating prejudice, and promoting the construction of a just and democratic society.

Keywords: Regular school. Inclusion. Curriculum standardization.

Introdução

As escolas inclusivas são escolas que implicam um sistema educacional que atenda às diferenças individuais e respeita as necessidades dos alunos. Em todo sistema educativo, a elaboração de um currículo deve variar de acordo com as competências pedagógicas de cada instituição, portanto, a prática do mesmo fica a cargo de cada organização escolar.

Em relação a educação inclusiva, inicialmente a proposta curricular deve proporcionar a possibilidade de adaptação curricular junto aos alunos com necessidades educativas, sendo assim, a utilização de materiais ou recursos didáticos, devem ser organizados por conteúdos, para que o mesmo possa contribuir para as adaptações curriculares necessárias.

Porque,

Incentivar e proporcionar a inclusão é importante tanto para alunos deficientes quanto para os não deficientes, pois possibilita o entendimento dos aspectos que precisam estar inter-relacionado na escola já que a escola deve interagir constantemente com a comunidade. A criança portadora de necessidades especiais possui direitos garantidos pela constituição federal, tais direitos são resultados de muitos anos de luta, considerando o contexto escolar podemos considerar como uma vitória maior ainda. No entanto, é necessário que haja um suporte pedagógico e uma estrutura física que possibilite a verdadeira inclusão desta criança no meio social escolar (MENDES; ALMEIDA; POLETTI, 2003, p.26)

Entende-se assim que a inclusão escolar deve garantir que todos possuem de um acesso ao espaço social, ela deve ter por objetivo formar uma sociedade justa, igualitária que almejam a igualdade de oportunidades. “Ao compreender as complexidades e demandas da educação inclusiva, os professores podem desenvolver estratégias e abordagens adequadas para promover um ambiente de aprendizado acolhedor e inclusivo, que beneficie todos os alunos, independentemente de suas habilidades e necessidades específicas”(SILVA, 2023, p.400).

O papel do educador no processo de inclusão deve se basear na compreensão do conhecimento prévio desses indivíduos, a fim de planejar ações educacionais que atendam às necessidades individuais dos alunos. Isso é fundamental para proporcionar uma educação de alta qualidade a todos os estudantes. Uma vez que,

As crianças inclusas possuem particularidades provenientes de suas deficiências, é necessário que o profissional que atenda tal criança possua conhecimentos específicos para proporcionar ao indivíduo meios para que seu desenvolvimento seja adequado e dentro de suas possibilidades. A lei assegura que tal direitos seja ofertado, mas muitas das vezes o que encontramos são profissionais despreparados para o atendimento inclusivo. MENDES; ALMEIDA; POLETTTO,2003, p.26)

O projeto político-pedagógico das instituições de ensino deve se comprometer com o processo de inclusão através da ampliação de seu conceito de participação efetiva de todos os segmentos da escola. Porque,

Ser professor hoje não é mais fácil nem mais difícil do que no século passado, mas certamente é muito diferente. Esse profissional já não é mais o detentor absoluto do conhecimento, e a escola não é mais o único espaço de aprendizagem. Portanto, o professor precisa se dedicar constantemente à sua formação contínua e aos seus próprios saberes. Ser professor hoje significa viver um processo revolucionário, repleto de grandes transformações, mudanças de paradigmas e reinvenção constante da arte de ensinar (GONÇALVES; RAMINHO; FURTADO, 2002, p. 04)

Partido dessa premissa, que o presente trabalho tem por objetivo enfatizar a recursos convencionais e adaptáveis a educação especial, levando se em conta que, para que os alunos com necessidades educacionais possam frequentar as turmas de ensino regular com sucesso, é preciso que a os educadores busquem estruturar seus planejamentos adaptando-os à realidade e capacidade dos alunos em relação aos conteúdos a serem aprendidos.

A metodologia qualitativa (DA SILVA GONÇALVES, 2007) adotada neste estudo visa compreender e analisar profundamente as complexidades da educação inclusiva. O trabalho se efetivou por meio de uma revisão de literatura com uma busca no Google Acadêmico sobre a temática. No contexto das escolas inclusivas, reconhecemos que a elaboração e execução de um currículo eficaz devem levar em consideração as competências pedagógicas específicas de cada instituição. Portanto, a pesquisa se concentra na análise de como os educadores adaptam seus métodos de ensino para atender às necessidades individuais dos alunos.

Inicialmente, a proposta curricular deve oferecer flexibilidade para a adaptação curricular em relação aos alunos com necessidades educacionais especiais. Isso envolve a utilização de materiais e recursos didáticos organizados de acordo com os conteúdos, de modo a permitir adaptações curriculares necessárias. A pesquisa busca compreender como essas adaptações são implementadas e como elas impactam o processo educacional.

Além disso, o estudo aborda a importância da inclusão não apenas para os alunos com necessidades especiais, mas também para os demais alunos. A inclusão é vista como um meio de promover o entendimento dos aspectos que devem estar inter-relacionados na escola, em

consonância com os direitos garantidos pela Constituição Federal. No entanto, para que a inclusão seja efetiva, é essencial que haja suporte pedagógico e uma infraestrutura física adequada nas escolas.

O projeto político-pedagógico das instituições de ensino (GONÇALVES; RAMINHO; FURTADO, 2002) também desempenha um papel fundamental no processo de inclusão, pois deve envolver todos os segmentos da escola, promovendo uma participação efetiva. Os professores desempenham um papel crucial na implementação da inclusão, e isso requer uma constante busca por formação contínua e adaptação às mudanças no campo da educação.

Em última análise, este estudo tem como objetivo enfatizar a importância de recursos convencionais e adaptáveis na educação especial. Isso implica que os educadores devem estruturar seus planejamentos de ensino de acordo com a realidade e as capacidades dos alunos em relação aos conteúdos a serem aprendidos, garantindo assim uma educação inclusiva de qualidade para todos os estudantes.

Revisão de Literatura

Em meados do século XIX através da organização dos Sistemas Nacionais de Ensino que surgiu o princípio de que a Educação é um dever do estado e um direito para todos. Este fato revelou a preocupação em relação a uma educação que visa promover a igualdade social e a universalização da educação.

Costa (2019, p ,65) descreve que “ foi na Europa que teve, na década de 50, com a publicação da lei que regulava a Educação Especial e os Direitos Humanos as pessoas com deficiência”.

As consequências da segunda vez com que ocorresse grande número de mutilados e escassez de mão de obra, este fato acabou gerando uma grande necessidade de programas que destinavam a reabilitação das pessoas para que fossem inseridas no mercado do trabalho. Em virtude das guerras surgiu o Movimento pelos Direitos Humanos, que buscava a criação de melhores condições de vida para a população bem como aos portadores de deficiência

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948 trouxe consigo que todas as pessoas têm direito à educação. Em 1994 a Declaração de Salamanca e a Linha de também proporcionou ações voltadas sobre pessoas com Necessidades Educativas Especiais, durante o evento denominado “Conferência Mundial sobre Pessoas com Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade”. Foi nessa conferencia que houve a

aprovação da Declaração de Salamanca, onde defendia que toda criança tem direito ao acesso nos sistemas comuns de ensino. (COSTA, 2019, p. 45).

. Com a criação das leis a Educação Especial passou a ser vista como um processo que busca promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas portadoras de deficiências, nos mais diferentes níveis e graus de ensino. O processo da Educação Especial deveria ser integral, através de uma educação que busque integrar os sistemas educacionais vigentes, com a finalidade, de formar cidadãos participativos. Schutz (2016, p.78) “A educação deve ser democrática e não doutrinária. Dentro desta concepção o educando é uma pessoa digna de respeito e de uma educação de melhor qualidade. ”

Costa (2019) diante deste contexto acredita-se que a principal preocupação da educação Especial, está em proporcionar o desenvolvimento integral do educando em relação a preparação para uma vida em sociedade. A Educação Especial deve ser proporcionada ao educando no momento em que se identifique alterações ou possíveis atrasos no desenvolvimento da criança e continuar proporcionando todos os meios para o desenvolvimento do educando ao longo de sua vida.

A Educação Inclusiva, tem por objetivo oferecer às pessoas com necessidades especiais condições e oportunidades educacionais acessíveis, mas sempre respeitando as características específicas de cada um.

A Educação Inclusiva sempre buscará atender a diversidade, através de uma proposta curricular adaptada à pela educação comum. O atendimento dos educandos portadores de necessidades especiais ao serem incluídos em classes comuns, exigirá apoio dos docentes qualificados para então proporcionar uma escola aberta à diversidade.

Costa (2019, p.89) descreve que” a Educação Inclusiva deve proporcionar atendimento aos alunos, com deficiências sensoriais deficiência mental, transtornos comportamento ou condutas típicas, deficiências múltiplas e altas habilidades (superdotados) atendidos exclusivamente pela Educação Especial

O aluno da Educação Especial apresenta diferenças em relação aos demais alunos e geralmente este fato aparece em relação ao domínio da aprendizagem curricular, com defasagem de sua idade, pois o mesmo requer recursos pedagógicos e metodológicos diferenciados.

As escolas inclusivas devem responder as diversas necessidades de seus alunos em relação aos estilos e ritmos de aprendizagem sempre assegurando uma educação de qualidade.

Para Costa (2019) a inclusão deve ocorrer por meio de um processo interativo entre sociedade e alunos através do desenvolvimento fundamentados no direito à educação para todos. O processo inclusivo deve envolver uma escola diferente, aberta, solidária e democrática, onde alcance a inclusão.

A inclusão se dá através de um processo interativo, onde sociedade e alunos com necessidades especiais se reconhecem, se adequam e desenvolvam no direito de cidadania plena para todos. O processo inclusivo envolve o uma escola aberta, e democrática que proponha a inclusão.

A escola inclusiva deve proporcionar programas educacionais apoiados nas necessidades dos alunos para que o mesmo venha a ter sucesso em sua integração apoiados pelos membros da comunidade escolar.

Na escola inclusiva o processo educacional deve ocorrer na medida em as pessoas portadores de necessidades educacionais especiais se socializem com os outros alunos. Foi através da constituição de 1988 que os portadores de deficiência foram inclusos na questão voltada a igualdade em relação as adaptações físicas e sociais, bem como direito ao ensino especializado.

Costa, (2019, p. 45) destaca que “no Brasil a inserção de alunos com necessidades especiais na rede regular de ensino, embora já presente desde a década de 70 nas escolas públicas, somente se afirmou a partir dos anos 80. As discussões, que precederam enfatizaram reivindicações populares e de grupos sociais.”.

A luta pelo acesso e qualidade de uma educação para pessoas com necessidades educacionais especiais é amparada pela legislação que determina as políticas públicas educacionais a nível federal, quanto estadual e municipais essa e reconhecida como Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Especial Brasil (2001), explicita que a escola regular deve propondo no projeto político-pedagógico através de uma metodologia de ensino com ações que favoreçam a inclusão através das práticas educativas diferenciadas oferecendo oportunidades de aprendizagem.

De acordo com Santos (2012,p.45) “para que ocorra uma educação de qualidade aos educandos com necessidades educacionais precisa capacitar profissionais pois a inclusão não significa, matricular os educandos, mas dar ao professor suporte necessário à sua ação pedagógica”.

Desse modo a Educação Inclusiva traz consigo um ensino através das diferentes práticas pedagógicas, visando proporcionar benefícios a todos em direção a uma prática inovadora de aprendizagem tendo como referência as suas possíveis limitações dos educandos.

Carneiro (2018, p. 60). A maioria das experiências indica que a de inclusão de modo geral deve ocorrer através de um planejamento da prática pedagógica, com apoio dos professores do ensino regular e da comunidade escolar.

A escola inclusiva deve enquadrar-se no princípio da educacionais em relação ao direito de que todos os alunos devem serem incluídos no ensino através do atendimento das diferenças, no sentido de desenvolver as características de cada aluno em relação as estratégias de ensino.

A educação especial deve atender as exigências de sociedade para proporcionar acesso à informação e aos meios necessários para a formação da cidadania.

As escolas inclusivas devem considerar as necessidades de todos os alunos, pois a mesma deve proporcionar apoio para que obtenha sucesso. De acordo com Silva (2016, p.10), “educar uma criança com necessidades educacionais especiais é um dos principais fundamentos da sociedade democrática e solidária”. “É de grande importância no processo de inclusão escolar adequado através das adaptações que proporcionem ao indivíduo o convívio social e profissional de forma efetiva no contexto social”

Á inclusão escolar é benéfica, pois a mesma deve atender todas as pessoas, independentemente de suas dificuldades. As escolas devem promover uma educação na qual o educando possa desenvolver seu cognitivo, emocional e social.

Sendo assim o desafio da Escola Inclusiva deve estar em centrar na criança, respeitando suas diferenças oferecendo respostas às suas necessidades e sempre buscando o fortalecimento de umas sociedades democráticas, justas e solidárias

O objetivo da educação inclusiva no mundo contemporâneo através da legislação pertinente à educação, têm expressado um forte compromisso com um sistema educacional mais inclusivo garantindo o acesso e a participação de todos os alunos.

A inclusão deve proporcionar uma reforma radical em termos de currículo pedagógicos através de formas de agrupamento dos alunos nas atividades de sala de aula. A mesma deve ser baseada em um sistema de valores que devem celebrar a diversidade o mesmo tem como base o gênero, a nacionalidade, linguagem de origem, nível de aquisição social ou a deficiência. (SANTOS, 2011, p. 34).

Na atualidade, as pessoas com necessidades especiais devem ser respeitadas e valorizadas em relação as suas diferenças através do oferecimento de e oportunidades assegurado o seu direito de ir e vir.

Diante deste contexto o papel da escola, da educação escolar, tem como finalidade desenvolver no educando a capacidades e compreensão de conteúdos para que as pessoas obtenham os conhecimentos e tenham chances de igualdade.

Costa (2019) descreve que sendo assim para que haja uma educação inclusiva na questão da prática pedagógica de aprendizagem se faz necessário que se trebelhe com os educandos através de suas experiências cotidianas visando proporcionar maior qualidade e acessibilidade a oportunidades que favoreçam sua inserção social.

A reflexão cotidiana sobre o fazer pedagógico deve estar constantemente presente na capacitação e na formação dos professores.

Quando se envolve certos paradigmas de inclusão no cotidiano de formação significa que haverá diferentes encontros que proporcionarão de maneira continua a troca de experiência bem como interações sociais, aprendizagem. Ao se ter acesso de como cada pessoa é diferente das demais em relação a sua singularidade e sua história de modo singular como age e interage em seu contexto e na vida é um processo de formação. (SANTOS, 2011, p.15).

Na atualidade a formação docente deve proporcionar constantes reflexões em relação as possíveis mudanças bem como na busca de soluções e estratégias criando assim bases teóricas que e metodológicas para a integração na classe comum.

Cabe ao docente, estar atento as competências e habilidades necessárias para inserção dos indivíduos no mundo. Desse modo o processo de ensino-aprendizagem requer maior abertura para aceitação da diversidade “A inclusão social implica discutir e rejeitar todas as formas de exclusão e preconceito. É fundamental que o professor esteja preparado para combater o racismo, o sexíssimo, o machismo, a xenofobia e todos os outros sentimentos negativos que possam surgir no ambiente educacional” (GONÇALVES; RAMINHO; FURTADO, 2002, p. 04).

O conhecimento do docente requer aprendizagem em relação as competências necessárias a nova realidade. Desse modo a formação inclusiva deve se comprometer para então garantir condições de acessibilidade a pessoas e com as necessidades.

As escolas têm um papel importante para o oferecimento de um atendimento educacional especializado, visa garantir aos alunos a possibilidade de aprenderem através de um ensino comum

O Plano Nacional de Educação Brasil (2001), aponta a que a educação especial deve estar atrelada a educação regular para efetivação da educação inclusiva.

Art. 8º. As escolas da rede regular de ensino devem prever rover na organização de suas classes:

I – professores das classes comuns e da educação especial capacitados e especializados, respectivamente, para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos;

II – condições para reflexão e elaboração teórica da educação inclusiva, com protagonismo dos professores, articulando experiência e conhecimento com as necessidades/possibilidades surgidas na relação pedagógica, inclusive por meio de colaboração com instituições de ensino superior e de pesquisa”.

A capacitação do educador em relação a inclusão em educação deve ser embasada através da mediação pedagógica promovendo a evolução do processo inclusivo.

A concretização de um processo pedagógico inclusivo deve proporcionar um trabalho em relação as diferenças considerando diferentes processos de intervenção tanto do professor, como de outros profissionais que interagissem de modo conjunto e, quando necessário, contemplando as especificidades atinentes a cada sujeito.

De acordo com Brasil (2001) A inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular requer que os educadores busquem uma formação adequada para então proporcionar um atendimento educacional especializado. A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB/71,

Surgem habilitações em nível superior, nas diferentes áreas da Educação Especial. Essa oferta de cursos sempre esteve concentrada na região sudeste do país e o currículo focalizava os procedimentos especiais de ensino e a prática pedagógica geralmente realizada em Escolas Especiais. (BRASIL.1996, p;87)

Houve muitos movimentos sociais na década de 80 que reivindicavam a democratização do ensino em relação ao acesso à escola gratuita bem como enfatizando a capacitação de professores para atender à demanda da Educação Especial.

Na criação da LDB/96 diversos autores, pontuaram os desafios para a formação de professores numa perspectiva de educação inclusiva em relação a formação de professores de Educação Especial a partir de enfoques para as diretrizes educacionais e curriculares do ensino regular.

A Educação Especial tem como tarefa lidar com a diversidade de cada pessoa e essa deve se constituir como objeto de estudo e preocupação e referência a prática na relação com o outro.

A formação de educadores na educação inclusiva deve proporcionar habilitados para que os educadores possam atuar no atendimento educacional dando apoio à inclusão no sistema regular de ensino.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica Brasil, (1998, p.54) “para que haja inclusão se faz necessário que haja uma continua formação de professores regentes de salas de aulas comum, recomendando-se que haja estudos por meio de cursos de especialização”.

Para Costa (2019) a atenção aos alunos com necessidades especiais e a inserção dos mesmos em classes multidisciplinares, requer uma organização diferenciada, em relação ao pedagógico e administrativo. Esses procedimentos precisam garantir a qualidade educacional, desses alunos todos os alunos na escola. Desse modo, a oferta desse ensino na escola, deve ser realizada através de uma orientação, e acompanhamento do processo de inclusão.

Quando se adotava na escola um ensino homogêneo, que buscava promover a igualdade, em relação a faixa etária, ritmo de aprendizagem, nível escolar, etc essa adoção não garantia o respeito à diversidade e as diferenças, biológicas, cultural, racial, econômico, desconsiderava-se o processo de formação pessoal.

De acordo com Brasil (1998) O artigo 227, da Constituição Federal de 1988 coloca que a defesa dos direitos humanos só ocorre quando se respeita as diferenças individuais, e se garante a todos os cidadãos igualdade, direitos e proteção na escola.

Desse modo, a Educação Inclusiva, deve se basear em igualdade, respeito a diferenças garantindo assim direitos para se atender às necessidades específicas de cada um, neste contexto a escola deve proporcionar meios de se superar essas desigualdades sociais.

Ao se compreender os fatores envolvidos a educação na diversidade dos alunos comuns estaremos garantindo a aprendizagem e o desenvolvimento desse aluno proporcionando ao mesmo um processo do ensino e aprendizagem em concordância com as diferenças.

Em relação aos objetivos da escola inclusiva, os mesmos devem estar centrados na aprendizagem e no apoio ao professor e aluno, garantindo assim a escolarização no ensino comum e facilitando o desenvolvimento das capacidades individuais.

Para que haja inclusão do aluno com necessidade especiais, se faz necessário que esteja inserido no Projeto Político Pedagógico da escola implementações do sistema inclusivo para que a escola possa exercer suas prioridades em relação as necessidades específicas na qual o educando está inserido.

A estrutura organizacional das escolas devem se voltarem estarem a uma direção para que haja uma educação de qualidade, proporcionando a relação entre conhecimento do objeto ao sujeito que aprende. Isso implica na considerar a especificidade em relação aos conteúdos acadêmicos do aprendiz, ou seja, um o ato de educar, com pressupostos voltados a natureza epistemológica bem como a concretização de propostas inovadoras que revertam a pratica nas salas de aula. (BRASIL,1998, p. 53-54).

Na implementação da educação inclusiva deve-se capacitar os professores nesse processo de ensino e de aprendizagem, em relação a reflexão sobre os procedimentos necessários para o atendimento do aluno como um todo. A estrutura curricular, deve atender às necessidades educacionais de seus alunos em relação a aprendizagem através de critérios avaliativos

Costa (2019) afirma que a aprendizagem do aluno com necessidades especiais incluídos na classe regular deve garantir a todos os seus alunos uma educação de qualidade para todos os educandos, a escola precisa oferecer formação continuada aos seus professores, desenvolver projetos que estimulem práticas mais inclusivas, estruturar o projeto político-pedagógico preparando e adaptando-se às novas exigências.

Neste sentido, para que o aluno com necessidades educativas especiais possa frequentar para que a proposta de inclusão educacional realmente se efetive, as escolas devem promover transformações de acessibilidade ao currículo, modificações no planejamento pedagógico, nos objetivos curriculares com aproveitamento acadêmico uma classe regular.

Em relação as adaptações curriculares devem considerar que o aluno deve aprender; como aprender; que formas será organizado o ensino para o processo de aprendizagem; e como esse aluno será avaliado.

As adaptações em relação ao projeto pedagógico onde se envolve o currículo escolar deve ter como foco a organização escolar e apoio, propiciando condições estruturais em sala de aula e no nível individual. As adaptações relativas ao currículo da classe, refere--se à programação de atividades elaboradas para serem aplicadas em sala de aula; A adaptações individualizadas do currículo, focalizam a atuação do professor na avaliação e atendimento do aluno (BRASIL, 1998, p. 45).

É importante ressaltar que as adaptações devem considerar diversidades existentes no alunado. Dessa forma, as atividades propostas deverão propiciar o desenvolvimento do educando, pois os alunos que dificuldades de aprendizagem, precisam participar do processo pedagógico através de conhecimentos, valores e significados aplicados em sala de aula.

Um currículo inclusivo parte do princípio de que os conteúdos apresentados nas aulas não são apenas um fim, mas um meio para o desenvolvimento das estruturas afetivo-cognitivas dos alunos.

Enfim, é importante a busca de práticas pautadas no contexto que o aluno vivencia, inovadoras, sendo fundamental que cada profissional pense na sua disponibilidade para a construção de práticas que conduzam a uma educação de qualidade para todos.

A escola precisa adaptar-se para a inclusão oferecendo atendimento educacional especializado paralelamente às aulas regulares. A educação deve empenhar-se para o bom desenvolvimento do aluno enquanto ser humanizado, em que a aprendizagem do Eu inicia-se a partir dos relacionamentos que vivência

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que educar para a diversidade exige, uma mudança nas práticas educacionais. Mudanças essas em relação a oferta curricular, das estratégias de aprendizagem, da avaliação utilizada e expectativas dos professores transformando substancialmente, a sua estrutura, sua proposta pedagógica e oferecendo uma resposta à diversidade de necessidades de todas as crianças.

A esse desafio, necessitamos oportunizar uma escola de convivência democrática que priorize os direitos humanos fortalecendo assim uma cultura individual e o respeito às diferenças.

Para que se caminhe rumo à educação de qualidade se faz necessário que haja estímulos nas escolas proporcionando as mesmas autonomias na questão que envolve o seu Projeto Político Pedagógico, caracterizando assim os elementos históricos e culturais tornando-se uma escola acolhedora.

REFERÊNCIAS

AMOROSO, Sônia Regina Basili. Inclusão do deficiente no ensino superior: uma perspectiva para a inclusão social. **HUMANIDADES & TECNOLOGIA EM REVISTA (FINOM)**, ano XIII, vol. 15, Jan-Dez 2019. ISSN 1809-1628.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Secretaria de Educação Especial**. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEESP, 1998

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

CARNEIRO, M. A. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns: possibilidades e limitações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

COSTA, V. F. **Inclusão, sem risco de excluir**. Olinda, PE: Babeco, 2019.

COUTINHO, Mariza Xavier. Princípios gerais: o papel do serviço social na educação. DIREITO EM REVISTA, Paracatu, v. 8, jan./dez. 2023. Disponível em: http://revistas.icesp.br/index.php/DIR_REV/article/view/4027/2047. Acesso em: 08 de jun.2023.

355

COUTINHO, Mariza Xavier. Equipe Multiprofissional: A Importância do Assistente Social na Atuação Educacional. HUMANIDADES & TECNOLOGIA (FINOM), v. 40, mai./jul. 2023. Disponível em: http://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/4028/pdf. Acesso em: 08 de julho de 2023.

CRUVINEL, S. P. "Inclusão social? De quem e para quem?". **Humanidades & Tecnologia (Finom)**, vol. 40, mai./jul. 2023. DOI: 10.5281/zenodo.8087223. Disponível em: http://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/4157/2063. Acesso em: 18 de ago. 2023.

DA SILVA GONCALVES, Maria Célia. O uso da metodologia qualitativa na construção do conhecimento científico. **Ciênc. cogn.**, Rio de Janeiro, v. 10, p. 199-203, mar. 2007. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212007000100018&lng=pt&nrm=iso. Acessos em 05 jun. 2023.

GONÇALVES, Maria Célia da Silva; GONÇALVES, Ailton de Souza. Impactos da inteligência artificial e das tecnologias de informação e comunicação sobre a atuação do professor de ensino superior brasileiro em tempos de pandemia da Covid-19. In: SALARDI, Silvia ; SAPORITI, Michele; ZAGANELLI, Margareth Vetis **Diritti umani e tecnologie morali** Una prospettiva comparata tra Italia e Brasile. Milano: G. GIAPPICHELLI EDITORE – TORIN, 2022. p.83-93.

GONÇALVES, Maria Célia da Silva; SÍVERES, Luiz. A Relevância da Pesquisa na Formação Inicial de Professores. **Revista Educativa - Revista de Educação**, Goiânia, v. 22, p. e7250, mar. 2020. ISSN 1983-7771. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/7250/4682>. Acesso em: 04 nov. 2022. doi:<http://dx.doi.org/10.18224/educ.v22i1.7250>.

MENDES, Amanda Ferreira; ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhães de; POLETTO, Lizandro. Educação inclusiva: desafios das crianças surdas no processo de alfabetização. **ALTUS CIÊNCIA**, v. 17, jan-jul 2023. ISSN 2318-4817. Disponível em: <http://revistas.fcjp.edu.br/ojs/index.php/altuscienca/article/view/125/64>. Acesso em: 26 jun. 2023. DOI: 10.5281/zenodo.7884019.

SANTOS, José Ivanildo Ferreira dos. **Educação Especial: inclusão escolar da criança autista.** São Paulo: All Print Editora, 2011.

SILVA, Ana Carolina da Silva e. **Políticas Públicas de educação especial: inclusão e bidocência** : livro didático / Ana Carolina da Silva e Silva, Fabiana Grassi Mayca, Rosani Casanova Junckes; design instrucional Isabel Zoldan da Veiga Rambo. – Palhoça : UnisulVirtual, 2016.

RAMINHO, E. G.; GONÇALVES, M. C. da S.; FURTADO, A. C. Contribuições da formação para os saberes do professor do século XXI: Um projeto a ser discutido. **Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 12, n. esp.1, p. e023014, 2022. DOI: 10.30612/eduf.v12in.esp.1.17109. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/17109>. Acesso em: 27 jun. 2023.

RAMINHO, Edney Gomes; GONÇALVES, Maria Célia da Silva; Infância e criança como construção social: cenários, avanços e prospectos. **DIREITO EM REVISTA**, v. 8, jan./dez. 2023. ISSN 2178-0390. DOI: 10.5281/zenodo.7968534. Disponível em http://revistas.icesp.br/index.php/DIR_REV/article/view/4015. Acesso em 20 de junho de 2023.

SILVA, Adinairde Neves da. Prática pedagógica: Desafios de Transformar a Teoria na Práxis Inclusiva. **Humanidades & Tecnologia (FINOM)**. v. 40, mai./jul. 2023. DOI: 10.5281/zenodo.8152396. Disponível em: http://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/4202/2081>. Acesso em: 20 ago. 2023.